



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 104.241/14

CONTRATO N. 2014/289.0

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A
BRASOFTWARE INFORMÁTICA
LTDA., OBJETIVANDO O
FORNECIMENTO LICENÇAS DE
SUBSCRIÇÃO DO SOFTWARE
MICROSOFT SHAREPOINT
SERVER, INCLUINDO SERVIÇOS
DE APOIO PARA INSTALAÇÃO,
CONFIGURAÇÃO,
ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO
DE ARMAZENAMENTO EM
NUVEM E TREINAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO DO
SHAREPOINT SERVER.

Ao(s) *trinta e um* dia(s) do mês de *dezembro* de dois mil e quatorze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA., situada na Praça Santo Antônio, 48, 2º piso, Centro, Poá - SP, inscrita no CNPJ sob o n. 57.142.9780001-05, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Gerente Regional, o senhor GUSTAVO RODRIGUES DE PAULA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Brasília - DF, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n. 216/14, doravante denominado simplesmente EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ITENS 7, 11 E 14 DO OBJETO)

O objeto do presente Contrato é o fornecimento de licenças de subscrição do software Microsoft Sharepoint Server, incluindo serviços de apoio para instalação, configuração, administração do serviço de armazenamento em nuvem e treinamento de administração do Sharepoint Server, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no EDITAL, e em seus Anexos.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) EDITAL e seus Anexos;
- b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 216/14;
- c) Proposta da CONTRATADA, datada de 28/11/14.

Parágrafo segundo – No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições contratuais da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO, e com o parágrafo terceiro do artigo 12 do Decreto n. 7.892/13.

Parágrafo terceiro – As supressões além do limite referido no parágrafo anterior são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO, e com o parágrafo terceiro do artigo 12 do Decreto n. 7.892/13.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O objeto desta contratação deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas descritas nos itens 7, 11 e 14 do Título 3 do Anexo n. 1 ao EDITAL.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DAS LICENÇAS E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A entrega das licenças e a prestação dos serviços deverão ser efetuadas de acordo com a Requisição de Licenças/Prestação de Serviços enviada pela CONTRATANTE, conforme previsto na Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços n. 123/14.

Parágrafo primeiro – O prazo de entrega das licenças será de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura deste Contrato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo segundo – As licenças deverão ser fornecidas eletronicamente ou por escrito, por meio de contrato de licenciamento por volume da Microsoft para órgãos governamentais.

Parágrafo terceiro – Deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE, dentro do prazo constante do parágrafo primeiro desta Cláusula, um site de gerenciamento (VLSC), bem como o download gratuito do produto adquirido e acesso às chaves de instalação.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA deverá acompanhar a instalação e configuração de todos os componentes de software necessários para o perfeito funcionamento dos serviços fornecidos pelo SharePoint Server, observado o seguinte:

a) A solução será instalada nos servidores definidos CONTRATANTE;

b) Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar funcionário(s) que possuam, no mínimo, certificação válida e atualizada de MCITP for Office 365;

c) A CONTRATADA também deverá comprovar, à época de execução dos serviços, que o(s) funcionário(s) disponibilizado(s) possue(m) experiência em implantação de solução com SharePoint Server.

Parágrafo quinto – O cronograma de execução dos serviços deverá observar as recomendações da CONTRATANTE, podendo os serviços ser realizados fora do horário de expediente e em finais de semana, a critério da Câmara dos Deputados.

Parágrafo sexto – A data final do cronograma não poderá ultrapassar 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura deste Contrato.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a execução dos serviços em até 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega do software adquirido correspondente ao serviço.

Parágrafo oitavo – O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO TREINAMENTO

O planejamento do treinamento deverá ser apresentado em reunião inicial em até 5 (cinco) dias, contados da data da assinatura deste Contrato, e deve contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) conteúdo programático;
- b) cronograma de execução;
- c) formulário de avaliação do treinamento por parte dos treinandos;
- d) currículo do(s) instrutor(es).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo primeiro – Os instrutores deverão ser certificados pelo fabricante do produto para ministrar o treinamento requisitado.

Parágrafo segundo – Para realizar o treinamento de administração em SharePoint Server, a CONTRATADA deverá disponibilizar instrutor que possua, no mínimo, 1 (uma) das seguintes certificações para o Office 365 válidas e atualizadas:

- a) Microsoft Certified IT Professional (MCITP);
- b) Microsoft Certified Solutions Associate (MCSA).

Parágrafo terceiro – O planejamento deverá ser aprovado pelo Órgão Responsável.

Parágrafo quarto – Se a CONTRATANTE recusar o planejamento apresentado, a CONTRATADA deverá apresentar novo planejamento em até 2 (dois) dias da ciência da comunicação da recusa.

Parágrafo quinto – A conclusão satisfatória do treinamento, nos termos do Título 7 do Anexo n. 1 ao EDITAL, é pré-requisito à concessão do aceite definitivo do produto.

Parágrafo sexto – Haverá uma turma para treinamento de administração de SharePoint Server, observado o seguinte:

- a) a turma terá, no máximo, 10 (dez) alunos.
- b) o treinamento terá carga horária de, no mínimo, 40 (quarenta) horas.

Parágrafo sétimo – As aulas serão ministradas em Brasília (DF), fora das dependências da CONTRATANTE, em instalações providenciadas pela CONTRATADA.

Parágrafo oitavo – Concluída a turma de treinamento, a CONTRATADA fornecerá um formulário para a avaliação do treinamento a cada um dos treinados. Caso julgado como ineficiente o programa de treinamento fornecido ao aluno, a CONTRATADA deverá realizar novo treinamento.

Parágrafo nono – Considera-se ineficiente, para os fins do parágrafo anterior, o treinamento cujo índice de aprovação na avaliação feita pelos treinandos seja inferior a 70% (setenta por cento).

Parágrafo décimo – O formulário de avaliação deverá ser previamente aprovado pelo Órgão Responsável.

Parágrafo décimo primeiro – A CONTRATADA fornecerá os materiais didáticos (apostilas, CD's, manuais e outros) para o treinamento que aborem todo o seu conteúdo programático com o foco na solução implementada.

Parágrafo décimo segundo – Ao término do treinamento da turma, a CONTRATADA emitirá para cada aluno o certificado de conclusão do curso realizado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo décimo terceiro – O desenvolvimento do conteúdo será de inteira responsabilidade da CONTRATADA e o conteúdo programático apresentado para cada perfil deverá ser autorizado e aprovado pelo Órgão Responsável. Caso haja necessidade de ajustes, a CONTRATADA sugerirá novo conteúdo.

Parágrafo décimo quarto – O treinamento será realizado em dias úteis consecutivos, com, no máximo, 4 (quatro) horas de aula ao dia, no período matutino ou vespertino, com, no máximo, 10 (dez) alunos, a ser determinado pelo Órgão Responsável.

Parágrafo décimo sexto – O treinamento deverá, no mínimo, capacitar os treinandos, de acordo com o disposto do item 7.14 do Anexo n. 1 ao EDITAL.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA todas aquelas mencionadas no EDITAL e neste Contrato, além das instruções complementares do órgão responsável quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de seus empregados nas dependências da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Parágrafo segundo – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos na presente Ata.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo quinto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento da obrigação assumida, podendo, inclusive, ensejar o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

cancelamento deste Contrato, nos termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo sexto – Para o pessoal em serviço será exigido o porte de cartão de identificação, a ser fornecido pela prestadora dos serviços ou, no interesse administrativo, pelo Departamento de Polícia Legislativa da CONTRATANTE.

Parágrafo sétimo – Os empregados da CONTRATADA, além de portar identificação, deverão se apresentar sempre limpos e asseados, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no de higiene pessoal, devendo ser substituído imediatamente aquele que não estiver de acordo com esta exigência, mediante comunicação do órgão responsável.

Parágrafo oitavo – A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato.

Parágrafo nono – A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao órgão responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, **em até 2 (dois) dias úteis após o ocorrido**, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao Órgão Responsável.

Parágrafo décimo – Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas internas ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício ou de subordinação.

Parágrafo décimo primeiro – Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais da CONTRATADA e de seus empregados serão de sua inteira responsabilidade.

Parágrafo décimo segundo – A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do órgão responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

Parágrafo décimo terceiro – É vedada a subcontratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços objeto deste Contrato, exceto quando se tratar dos serviços de treinamento (item 14, descrito no título 3 do Anexo n. 1 ao EDITAL).

Parágrafo décimo quarto – A subcontratação de empresa especializada deve ser aprovada prévia e formalmente pelo Órgão Responsável. Se autorizada a efetuar a subcontratação, a CONTRATADA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

deverá garantir que a(s) Subcontratada(s) possua(m) experiência nessa atividade específica.

Parágrafo décimo quinto – A subcontratação não exonerará a CONTRATADA da responsabilidade pela supervisão e coordenação das atividades da(s) Subcontratada(s) e pelo cumprimento rigoroso de todas as obrigações, inclusive pelos eventuais inadimplementos contratuais.

Parágrafo décimo sexto – Todo e qualquer prejuízo advindo das atividades da(s) Subcontratada(s) será cobrado de forma direta à CONTRATADA que arcará com quaisquer ônus advindos de sua opção por subcontratar.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, omissão e outras faltas, mencionadas neste Contrato e no Anexo n. 3 ao EDITAL, serão aplicadas ao fornecedor registrado as multas e demais sanções previstas no referido dispositivo editalício, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da LEI, correspondente ao artigo 135 do REGULAMENTO, e, ainda, o art. 7º da Lei 10.520/02.

Parágrafo primeiro – Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo segundo – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo terceiro – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do fornecedor registrado de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

Parágrafo quarto – Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da LEI, de 1993, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos no EDITAL, em seus anexos e neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

Parágrafo quinto – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo sexto – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, em um período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA será também considerada em atraso se fornecer as licenças e/ou prestar os serviços em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução fixado.

Parágrafo oitavo – Na hipótese de abandono deste Contrato, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo nono – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pelo fornecedor registrado à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo décimo – Poderão ser impostas à CONTRATADA, ainda, multas por infração cometida, limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor deste Contrato, observados, sempre, a reprovabilidade da conduta da CONTRATADA, dolo ou culpa e o disposto no parágrafo anterior e sopesados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, de acordo com as tabelas 1, 2, 4 e 6 constantes do item 10 do Anexo 3 ao EDITAL.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total do presente Contrato é de R\$ 110.966,00 (cento e dez mil, novecentos e sessenta e seis reais), considerando-se o valor unitário constante da proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – O objeto aceito definitivamente pela CONTRATANTE será pago por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo órgão responsável.

Parágrafo segundo – A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo terceiro – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dívida Ativa da União e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro do prazo de validade neles expresso.

Parágrafo quarto – O pagamento será efetuado com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados do aceite definitivo do objeto e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo quinto – No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, calculados pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa percentual anual no valor de 6% a.a.

Parágrafo sexto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo sétimo – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo oitavo – As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administradas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia de R\$ 961,30 (novecentos e sessenta e um reais e trinta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor referente ao item 7, descrito no Título 3 do Anexo n. 1 ao EDITAL, de acordo com o artigo 56 e seus parágrafos do LEI, correspondente ao artigo 93 e seus parágrafos do REGULAMENTO, observando o disposto nesta Cláusula e no Título 5 do Anexo n. 2 ao EDITAL.

Parágrafo primeiro – A garantia deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento deste Contrato;
- b) multas punitivas aplicadas à CONTRATADA;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste Contrato.

Parágrafo segundo – A garantia será prestada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato e só poderá ser levantada ao final da vigência contratual.

Parágrafo terceiro – Também poderá ser considerada como a data do protocolo de entrega, a data informada no documento de rastreamento de entrega de correspondências obtido no sítio eletrônico da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

Parágrafo quarto– A garantia deverá cobrir todo o período de vigência contratual.

Parágrafo quinto– A falta de prestação da garantia ou sua apresentação em desacordo com o EDITAL, no prazo fixado, ensejará a aplicação de multa correspondente a 2,22% (dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do valor estipulado para a garantia, por dia de atraso, a ser aplicada do 16º ao 60º dia, sem prejuízo do disposto no parágrafo sétimo desta Cláusula.

Parágrafo sexto– A falta de prestação da garantia no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia útil imediato ao da assinatura deste Contrato, ensejará a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, de que poderá resultar na suspensão temporária de participação em licitação e no impedimento de contratar com a CONTRATANTE pelo prazo de até 5 (cinco) anos e, ainda, a rescisão unilateral do contrato por inexecução da obrigação e a aplicação da multa prevista no parágrafo anterior.

Parágrafo sétimo– Enquanto não constituída a garantia, o valor a ela correspondente será deduzido, para fins de retenção até o cumprimento da obrigação, de eventuais créditos em favor da CONTRATADA, decorrentes de faturamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo oitavo— No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no EDITAL e no REGULAMENTO.

CLÁUSULA NONA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto das Notas de Empenho n. 2014NE004141 e n. 2014NE004142, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Nota de Empenho 2014NE004141:

- Programa de Trabalho:

01.031.0553.4061.5664 - Processo Legislativo, Fiscalização e
Representação Política
(Administração Legislativa)

- Natureza da Despesa:

4.0.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00 – Investimentos

4.4.90.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Nota de Empenho 2014NE004142:

- Programa de Trabalho (Nota de Empenho 2014NE004142):

01.031.0553.4061.5664 - Processo Legislativo, Fiscalização e
Representação Política (Capacitação
de Recursos Humanos)

- Natureza da Despesa:

3.0.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00 – Outras despesas correntes

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência de 31/12/14 a 30/12/15, ou seja, 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no caso do Item 7 do objeto (licenças por subscrição), em conformidade com o inciso IV do Artigo 57 da LEI, e com o inciso III do Artigo 105 do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo único – O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Considera-se Órgão Responsável pela gestão do bem e serviços objeto deste Contrato o Centro de Informática da CONTRATANTE, localizado no 11º andar do Edifício Anexo I, que designará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução deste Contrato.

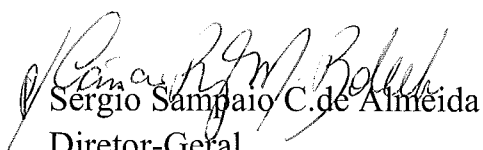
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.

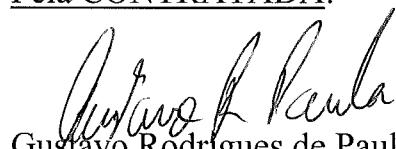
E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 12 (doze) folhas cada uma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

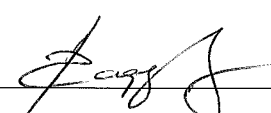
Brasília, 31 de dezembro de 2014.

Pela CONTRATANTE:


Sérgio Sampaio C. de Almeida
Diretor-Geral
CPF n. 358.677.601-20

Pela CONTRATADA:


Gustavo Rodrigues de Paula
Gerente Regional
CPF n. 024.471.071-61

Testemunhas: 1)  7909

2)  P. 7873